

Senado também reage contra a redução de verba

BRASÍLIA — O Senado reagiu ontem contra a “operação desmonte” do Governo, que prevê a redução de até 80% nos recursos do Legislativo. O anúncio do corte orçamentário, considerado “uma interferência indevida do Executivo”, foi criticado em plenário durante o pronunciamento do Primeiro Secretário da Mesa, Senador Jutahy Magalhães.

Jutahy disse que o Governo criou empecilhos para a construção do anexo três do Senado, fazendo cortes na dotação orçamentária sem nem mesmo ter procurado previamente a presidência da Casa.

— Um Poder não pode desmontar o outro — aparteu o Senador Afonso Camargo (PTB-PR), para quem o Executivo não pode dar ao Legislativo e ao Judiciário o mesmo tratamento que dá a seus Ministérios.

Camargo, responsável pelo embargo das obras do anexo, concorda com a necessidade de um exugamento orçamentário, mas que só poderá ser feito no âmbito dos demais Poderes, com a discussão prévia e aprovação dos mesmos. Essa também foi a opi-



nião expressa pelo Senador João Lobo (PFL-PI) e pelo Líder do PDS, Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), que se mostrou preocupado com a imagem pública do Senado.

Para Raimundo Lira (PMDB-PB), a questão dos cortes “é puramente política, e tem o objetivo de enfraque-

cer os poderes Legislativo e Judiciário, no momento em que o País aprova, através da Constituição, mecanismos que os fortalece”.

Uma reunião de Líderes para discutir a construção do anexo, inicialmente prevista para ontem, foi adiada sem que fosse marcada nova data. Segundo o Líder do PMDB, Senador Ronan Tito (PMDB-MG), o mais provável é que seja feito um estudo de adequação dos espaços existentes, o que possibilitaria o retarmento do início das obras do novo anexo.

Quanto aos recursos para a obra, que não será viável se a União mantiver os cortes anunciados, o Deputado César Maia (PDT-RJ), Vice-Presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, disse que resta ao Senado convencer os demais parlamentares a deslocarem verbas para este fim, já que a partir da promulgação da nova Constituição, o Congresso terá ampliadas suas prerrogativas, podendo alterar a destinação dos recursos da União, desde que não amplie a previsão orçamentária.